

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO

Direito Civil e Processual Civil

Proposta do curso

Através da interdisciplinaridade focada na área do Direito o curso de Direito Civil e Processual Civil visa dar suporte ao Profissional do Direito, em específico nesta temática, contribuindo assim para a resolução das problemáticas enfrentadas no dia a dia pelo profissional em exercício de suas atividades.

Objetivo do curso

O curso tem por objetivos aprofundar conteúdos relacionados à Direito Civil e Processual Civil com características interdisciplinares, numa perspectiva de proporcionar conhecimento acerca da atuação e atividades desenvolvidas pelo profissional do Direito neste tema em questão, objetivando estimular o desenvolvimento de novas práticas e pensamentos, referentes a pesquisa, e a prática, contribuindo para a melhoria da qualidade dos profissionais no mercado, especialmente no que se refere à consolidação e disseminação dos conhecimentos em Direito Civil e Processual Civil.

Público-alvo

O curso é destinado a pessoas portadores de diploma de Curso Superior de Graduação em nível de Bacharelado na área do Direito.

Disciplinas/módulos

- 12 disciplinas.
- 03 módulos.

Área de conhecimento

- Direito.

Composição do material didático

- Livros.
- Vídeos complementares.

Duração do curso

- 4, 6, 12 e 18 meses.

GRADE CURRICULAR

MÓDULOS	DISCIPLINA	Nº DE AULAS	C.H.
1 – COMUM	Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	16	80
	Ética e Responsabilidade Social e Profissional	14	80
	Evolução Profissional	12	80
2 – ESPECÍFICO POR ÁREA	História do direito	16	80
	Direitos Humanos	16	80
3 – MÓDULO ESPECÍFICO DO CURSO	Instituições do processo administrativo e constitucional	15	80
	Solução de conflitos jurídicos	12	80
	Constituição e Administração Pública	8	80
	Direito Administrativo	18	80
	Direito Civil I: Teoria geral	15	80
	Direito e Legislação Tributária	18	80
	Direito Processual Civil I	16	80

CARGA HORÁRIA TOTAL

CARGA HORÁRIA TOTAL	960
----------------------------	------------

EMENTÁRIO

<i>Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico</i>
EMENTA
Técnicas de pesquisa; Métodos de levantamentos e de estudos; Apresentação de pesquisa; Tipos de pesquisa; Introdução ao Método de Pesquisa; Ética na pesquisa; Análise de dados; Hipóteses de pesquisa; Instrumentos de Pesquisa; Fundamentação teórica; Coleta de dados; Referências gráficas e textuais; Contextualização de pesquisa; Leitura, interpretação e análise de textos científicos; Planejamento e projeto de pesquisa; Processo técnico-científico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Técnicas de pesquisa; 2. Métodos de levantamentos e de estudos; 3. Apresentação de pesquisa; 4. Tipos de pesquisa; 5. Introdução ao Método de Pesquisa; 6. Ética na pesquisa; 7. Análise de dados; 8. Hipóteses de pesquisa; 9. Instrumentos de Pesquisa; 10. Fundamentação teórica; 11. Coleta de dados; 12. Referências gráficas e textuais;

13. Contextualização de pesquisa;
14. Leitura, interpretação e análise de textos científicos;
15. Planejamento e projeto de pesquisa;
16. Processo técnico-científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Lozada, Gisele. Metodologia científica [recurso eletrônico] / Gisele Lozada, Karina da Silva Nunes; [revisão técnica: Ane Lise Pereira da Costa Dalcul]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Lakatos, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed, 2009

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Maria del Pilar. Metodologia de pesquisa. 5.^a ed. Porto Alegre: Penso, 2013

PINHEIRO, Roberto Meireles; CASTRO, Guilherme Caldas de; SILVA, Helder Haddad. Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. In: Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: Acesso em: junho de 2019.

ZOGBI, E. A técnica de observação do consumidor. v. 9. São Paulo: Atlas, 2013.

Ética e Responsabilidade Social e Profissional

EMENTA

História da ética; Introdução à ética; Ética profissional, social, política; Sociedade; Combate ao Racismo e Discriminação; Direitos Humanos; Ética organizacional; Ética no mundo digital; Ética versus moral; Razões morais em contexto; Felicidade; Qualidades do caráter moral; Ética e questões étnicas; Ética e o meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da ética;
2. Introdução à ética;
3. Ética profissional, social, política;
4. Sociedade;
5. Combate ao Racismo e Discriminação;
6. Direitos Humanos;
7. Ética organizacional;
8. Ética no mundo digital;
9. Ética versus moral;
10. Razões morais em contexto;
11. Felicidade;
12. Qualidades do caráter moral;
13. Ética e questões étnicas;
14. Ética e o meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Legislação e ética profissional. Ana Paula Maurilia dos Santos... [et al.]; [revisão técnica: Marcelo Guimarães Silva]. – Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Dias, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. Reinaldo Dias. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGOSTINI, Frei Nilo. Do fracasso moral ao retorno da ética. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/6799>. Acesso em: 28 mai. 2018

AQUINO, Marcelo F de. A ideia de sistema no pensamento clássico grego (I). Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1629>. Acesso em: 28 mai. 2018.

AZEVEDO, Maria Alice da Silva. Origens da Bioética. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/nas/v19n4/v19n4a05.pdf> Acesso em: 28 mai. 2018

BORGES, Maria de Lourdes; DALL'AGNOL, Darlei; DUTRA, Delamar Volpato. Tudo o que você precisa saber sobre ética. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/349692735/Tudo-o-Que-Voce-PrecisaSaber-Sobre-Etica>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 14 ed. São Paulo: Ática, 2010.

Evolução Profissional

EMENTA

Conceito de carreira; Técnicas para o planejamento de carreira; Desenvolvimento de Habilidades necessárias para a carreira; Capacidade de gerenciamento do tempo; Estágios e outras experiências práticas para apoiar a carreira; Habilidades de Liderança; Habilidades de trabalho em equipe; Capacidade de se comunicar de forma eficaz; Comunicação assertiva e interpessoal; Autogerenciamento como capacidade profissional; Inteligência emocional; Realização profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito de carreira;
2. Técnicas para o planejamento de carreira;
3. Desenvolvimento de Habilidades necessárias para a carreira;
4. Capacidade de gerenciamento do tempo;
5. Estágios e outras experiências práticas para apoiar a carreira;
6. Habilidades de Liderança;
7. Habilidades de trabalho em equipe;
8. Capacidade de se comunicar de forma eficaz;
9. Comunicação assertiva e interpessoal;
10. Autogerenciamento como capacidade profissional;
11. Inteligência emocional;
12. Realização profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDER, C. K.; WATSON, J. A. **Habilidades para uma carreira de sucesso na engenharia**. Tradução de João Ricardo Reginatto Beck e Silvio Ricardo Cordeiro. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IVANCEVICH, J. M. **Gestão de Recursos Humanos**. Tradução de Suely Sonoe Cuccio. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Cristiano Nabuco de. **Psicologia do Cotidiano: como vivemos, pensamos e nos relacionamos hoje**. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Artmed, 2016. e-PUB.

ACHOR, Shawn. **O jeito Harvard de ser feliz: o curso mais concorrido de uma das melhores universidades do mundo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2. ed. 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

História do direito

EMENTA

Formas estatais pré-modernas; Direito na antiguidade; O ideal de justiça na Filosofia Grega clássica: o Direito na Grécia Antiga; Direito Consuetudinário; Primeiras Codificações Legais; A República Romana; O Direito e as estruturas políticas no Império Romano; Institutos de Direito Romano; Lei das XII Tábuas e

Corpus Iuris Civilis; A formação das tradições da Civil Law e Common Law; O Direito no mundo medieval; Direito canônico e jusnaturalismo teológico; As revoluções burguesas e o Estado Liberal; Evoluções do Estado Liberal e Estado Democrático de Direito; Jusnaturalismo racionalista. Humanismo: o discurso contemporâneo dos Direitos Humanos; Constitucionalismo contemporâneo, “neoconstitucionalismo” e os desafios do Direito democrático para o Século XXI

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formas estatais pré-modernas
2. Direito na antiguidade
3. O ideal de justiça na Filosofia Grega clássica: o Direito na Grécia Antiga
4. Direito Consuetudinário
5. Primeiras Codificações Legais
6. A República Romana
7. O Direito e as estruturas políticas no Império Romano
8. Institutos de Direito Romano
9. Lei das XII Tábuas e Corpus Iuris Civilis
10. A formação das tradições da Civil Law e Common Law
11. O Direito no mundo medieval
12. Direito canônico e jusnaturalismo teológico
13. As revoluções burguesas e o Estado Liberal
14. Evoluções do Estado Liberal e Estado Democrático de Direito
15. Jusnaturalismo racionalista. Humanismo: o discurso contemporâneo dos Direitos Humanos
16. Constitucionalismo contemporâneo, “neoconstitucionalismo” e os desafios do Direito democrático para o Século XXI

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABEL, Henrique; ARAUJO, Marjorie de Almeida; GRIVOT, Débora Cristina Holenbach. *História do direito*. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

APARECIDA, M. Feudalismo: os estamentos. Disponível em: <http://www.historiajaragua.com.br/2011/04/feudalismo-os-estamentos-6a-serie.html>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUEIRA, D. T.; CARLINI, A. (org.). *180 anos de ensino jurídico no Brasil*. 1. ed. Campinas: Millennium, 2008.

NADER, P. *Introdução ao estudo do Direito*. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TEIXEIRA, C. *Os gregos no século V a.C.* Disponível em: <https://pt.slideshare.net/carla77/formao-das-cidades-estado>. Acesso em: 08 nov. 2017

ABEL, Henrique; ARAUJO, Marjorie de Almeida; GRIVOT, Débora Cristina Holenbach. *História do direito*. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ACADEMIC. *Ur-Nammu*. Disponível em: <http://fr.academic.ru/dic.nsf/frwiki/1687671>. Acesso em: 04 dez. 2017.

Direitos Humanos

EMENTA

A Dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial; As Constituições Mexicana de 1917 e de Weimar de 1919 e os direitos de segunda dimensão; A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão; A Declaração de Independência e a Constituição Americana; O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos; A Magna Carta de 1215; Bill of Rights de 1689; A Revolução Francesa de 1789 e os direitos de primeira dimensão; O Tribunal Penal Internacional; A evolução histórica dos direitos humanos; O sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos; A segunda guerra mundial e a fragmentação dos direitos

humanos; A Constituição Federal e os Direitos Humanos; A positivação dos Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988; Dignidade da pessoa humana; Declaração Universal dos Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial
2. As Constituições Mexicana de 1917 e de Weimar de 1919 e os direitos de segunda dimensão
3. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
4. A Declaração de Independência e a Constituição Americana
5. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos
6. A Magna Carta de 1215
7. Bill of Rights de 1689
8. A Revolução Francesa de 1789 e os direitos de primeira dimensão
9. O Tribunal Penal Internacional
10. A evolução histórica dos direitos humanos
11. O sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos
12. A segunda guerra mundial e a fragmentação dos direitos humanos
13. A Constituição Federal e os Direitos Humanos
14. A positivação dos Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988
15. Dignidade da pessoa humana
16. Declaração Universal dos Direitos Humanos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNAL PULIDO, C. **El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales**. 3. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALABRESI, G.; BOBBIT, P. **Tragic choices**. New York: Norton, 1978.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2004, p. 108.

DALLARI, D. A. de. **Elementos de teoria geral do Estado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

DOUZINAS, C. **O fim dos direitos humanos**. Trad. Luiza Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito Constitucional positivo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Instituições do processo administrativo e constitucional

EMENTA

Teoria geral dos direitos e garantias constitucionais; Principais ações constitucionais; Os direitos de petição e de obter certidão; O habeas corpus; O habeas data; O mandado de segurança; Mandado de segurança coletivo; O mandado de injunção; A ação popular; Considerações acerca da lei do processo administrativo federal; O controle de constitucionalidade: noções introdutórias; Licitações: princípios, modalidades, procedimento, anulação e revogação e hipóteses de dispensa e inexigibilidade; Processo administrativo tributário: determinação e exigência do crédito tributário; Processo administrativo tributário: consulta, repetição de indébito; Processo administrativo tributário: perdimento administrativo de bens e confisco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria geral dos direitos e garantias constitucionais
2. Principais ações constitucionais

3. Os direitos de petição e de obter certidão
4. O habeas corpus
5. O habeas data
6. O mandado de segurança
7. Mandado de segurança coletivo
8. O mandado de injunção
9. A ação popular
10. Considerações acerca da lei do processo administrativo federal
11. O controle de constitucionalidade: noções introdutórias
12. Licitações: princípios, modalidades, procedimento, anulação e revogação e hipóteses de dispensa e inexigibilidade
13. Processo administrativo tributário: determinação e exigência do crédito tributário
14. Processo administrativo tributário: consulta, repetição de indébito
15. Processo administrativo tributário: perdimento administrativo de bens e confisco.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 6 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios**. Diário Oficial, Brasília, seção 1, 31 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm Acesso em: 6 maio 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONIFÁCIO, A. C. **Direito de Petição: Garantia Constitucional**. São Paulo: Editora Método, 2004.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. São Paulo: Almedina, 2017.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional**. 38ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARBOSA SOBRINHO, O. S. **Direito constitucional de petição: Exercício da cidadania**. Brasília, DF: ESMPU, 2016.

Solução de conflitos jurídicos

EMENTA

Técnicas utilizadas em mediação: entrevista, comunicação e negociação; Processo de mediação; Arbitragem: conceito, natureza jurídica e finalidade; Possibilidades autocompositivas e heterocompositivas para tratar os conflitos; Os diversos tipos de negociação; Habilidades de comunicação; Mediação: princípios, tipos e áreas de atuação; Negociação: procedimento, integração e distribuição do valor; Teoria do conflito e métodos de resolução de disputas; Modernas teorias do conflito e seus reflexos na abordagem conciliatória; Métodos autocompositivos e heterocompositivos de tratamento dos conflitos; Legitimidade estatal para tratar conflitos, crises da jurisdição e teoria dos jogos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Técnicas utilizadas em mediação: entrevista, comunicação e negociação;
2. Processo de mediação; Arbitragem:
3. conceito, natureza jurídica e finalidade;
4. Possibilidades autocompositivas e heterocompositivas para tratar os conflitos;
5. Os diversos tipos de negociação;
6. Habilidades de comunicação;

7. Mediação: princípios, tipos e áreas de atuação;
8. Negociação: procedimento, integração e distribuição do valor;
9. Teoria do conflito e métodos de resolução de disputas;
10. Modernas teorias do conflito e seus reflexos na abordagem conciliatória;
11. Métodos autocompositivos e heterocompositivos de tratamento dos conflitos;
12. Legitimidade estatal para tratar conflitos, crises da jurisdição e teoria dos jogos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEM, Fabio Pedro. Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBOSA, Mércia. VANDERLEI, Marta Angela. Negociação, mediação e arbitragem. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41477/negociacao-mediacao-e-arbitragem>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm

MORAIS, José Bolzan. SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e Arbitragem: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

Notícias STF. Supremo Tribunal Federal julga constitucional a Lei de Arbitragem. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=58198>

SENA, Adriana. Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Adriana_Sena.pdf

SILVA, Fernanda Yoshida. A arbitragem no novo Código de Processo Civil. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10141/A-arbitragem-no-Novo-Codigo-de-ProcessoCivil>

Constituição e Administração Pública

EMENTA

A teoria do poder constituinte: poder constituinte e poder constituído; Mutações constitucionais; Aplicabilidade das normas constitucionais no tempo: nova Constituição e ordem jurídica anterior; Recepção e revogação; Repristinação; Desconstitucionalização; Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais; Eficácia social e jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A teoria do poder constituinte: poder constituinte e poder constituído
2. Mutações constitucionais
3. Aplicabilidade das normas constitucionais no tempo: nova Constituição e ordem jurídica anterior
4. Recepção e revogação
5. Repristinação
6. Desconstitucionalização
7. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais
8. Eficácia social e jurídica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETIOLI, Antonio Bento. **Introdução ao Direito**. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011. (Lição XVI)

FERRAZ JR. Tércio Sampaio Ferraz. Introdução ao Estudo do Direito. **Técnica, Decisão, Dominação**. 4ª edição. Ed. Atlas. 2003. São Paulo/SP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]**. --Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p. Atualizada até a EC n. 97/2017. ISBN: 978-85-61435-84-4

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira ... [et al.]. **Constituição e administração pública**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Direito Administrativo

EMENTA

Organização administrativa; Direito administrativo: aspectos gerais; Fundamentos da intervenção na propriedade privada; Poderes da Administração Pública; Intervenção do Estado no domínio econômico; Desapropriação; Extinção dos atos administrativos; Conceitos e classificação dos atos administrativos; Princípios do Direito Administrativo: continuidade dos serviços públicos, moralidade administrativa, eficiência e segurança jurídica; Classificação e formas de gestão do serviço público; Conceito e elementos do serviço público; Atributos dos atos administrativos; Modalidades de intervenção na propriedade; Administração Indireta; Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público e publicidade; Regime jurídico dos servidores públicos; Cargo, emprego e função pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Organização administrativa
2. Direito administrativo: aspectos gerais
3. Fundamentos da intervenção na propriedade privada
4. Poderes da Administração Pública
5. Intervenção do Estado no domínio econômico
6. Desapropriação
7. Extinção dos atos administrativos
8. Conceitos e classificação dos atos administrativos
9. Princípios do Direito Administrativo: continuidade dos serviços públicos, moralidade administrativa, eficiência e segurança jurídica
10. Classificação e formas de gestão do serviço público
11. Conceito e elementos do serviço público
12. Atributos dos atos administrativos
13. Modalidades de intervenção na propriedade
14. Administração Indireta
15. Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público e publicidade
16. Regime jurídico dos servidores públicos
17. Cargo, emprego e função pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1º set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 1º set. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, M. **Manual de Direito Administrativo**. 2.ª ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2015.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2014

AGU - Advocacia Geral da União. **AGU Explica - Princípio da Supremacia do Interesse Público. 2019**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uveXNyPI_J8. Acesso em: 4 set. 2019.

Direito Civil I: Teoria geral

EMENTA

Evolução histórica do Direito Civil; Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Das pessoas naturais; Direitos de personalidade; Das pessoas jurídicas; Desconsideração da personalidade jurídica; Do domicílio; Dos bens; Dos bens públicos; Do negócio jurídico; Dos defeitos do negócio jurídico; Da invalidade do negócio jurídico; Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos; Da prescrição; Da decadência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução histórica do Direito Civil
2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
3. Das pessoas naturais
4. Direitos de personalidade
5. Das pessoas jurídicas
6. Desconsideração da personalidade jurídica
7. Do domicílio
8. Dos bens
9. Dos bens públicos
10. Do negócio jurídico
11. Dos defeitos do negócio jurídico
12. Da invalidade do negócio jurídico
13. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos
14. Da prescrição
15. Da decadência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil esquematizado**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TARTUCE, Flávio. **Manual do Direito Civil**. 6 ed. São Paulo: Método, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ALVES, A. et al. **Perícia Contábil I**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

AQUINO, L. G. **Invalidade do negócio jurídico**. Disponível em: <<https://goo.gl/BDmUfv>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. **Código de Processo Civil (2015)**. Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015.

Direito e Legislação Tributária

EMENTA

Diplomas Legais; Histórico, Conceito e Objetivo; Fontes do Direito Tributário; Sistema Tributário – Princípios – Parte 1; Sistema Tributário – Princípios – Parte 2; Obrigação Tributária – Parte 1; Obrigação Tributária – Parte 2; Competência Tributária – Parte 2; Limitações ao poder de tributar; Noções Preliminares de Direito Tributário – Parte 1; Tipos de Tributos – Parte 2; Tipos de Tributos – Parte 3; Das contribuições tributárias; Tipos de Tributos - Parte 5; Execução Fiscal; Do tributo; Noções Preliminares de Direito Tributário – Parte 2; Sistema Tributário na ótica Constitucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Diplomas Legais
2. Histórico, Conceito e Objetivo
3. Fontes do Direito Tributário
4. Sistema Tributário – Princípios – Parte 1
5. Sistema Tributário – Princípios – Parte 2
6. Obrigação Tributária – Parte 1
7. Obrigação Tributária – Parte 2
8. Competência Tributária – Parte 2
9. Limitações ao poder de tributar
10. Noções Preliminares de Direito Tributário – Parte 1
11. Tipos de Tributos – Parte 2
12. Tipos de Tributos – Parte 3
13. Das contribuições tributárias
14. Tipos de Tributos - Parte 5
15. Execução Fiscal
16. Do tributo
17. Noções Preliminares de Direito Tributário – Parte 2
18. Sistema Tributário na ótica Constitucional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REBELO, Nuno Miguel Branco de Sá Viana. *Direito e legislação tributária*. Cursos de graduação. 184p. (No prelo).

CESPE/UnB. Prova: Juiz Federal Substituto. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, 2011. Disponível em: https://qcon-assetsproduction.s3.amazonaws.com/prova/arquivo_prova/24182/cespe-2011-trf-5-regiao-juizfederal-prova.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUSBASIL. **Princípio da Eficiência**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/296157/principio-da-eficiencia>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

REBELO, Nuno Miguel Branco de Sá Viana. **Direito e legislação tributária**. Cursos de graduação. 184p.

MELO, Luciana. **Direito Tributário**. Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT18112008214612.doc>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

REBELO, Nuno Miguel Branco de Sá Viana. **Direito e Legislação Tributária**. Cursos de graduação. 184p.

CESPE/UnB. Prova: Exame de Ordem - 1ª Fase. OAB/SP, 2009. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/files-s3.iesde.com.br/resolucaoq/prova/prova/2432.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

Direito Processual Civil I

EMENTA

Intervenção de terceiros; Tutela provisória; Sentença; Dos prazos processuais; Coisa julgada; Ações do juiz diante da petição inicial; Suspensão do processo; Revelia; Contestação; Audiência de instrução e julgamento;

Das provas I; Das provas II; Pedidos; Petição inicial; Do julgamento conforme o estado do processo; Comunicação dos atos processuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Intervenção de terceiros
2. Tutela provisória
3. Sentença
4. Dos prazos processuais
5. Coisa julgada
6. Ações do juiz diante da petição inicial
7. Suspensão do processo
8. Revelia
9. Contestação
10. Audiência de instrução e julgamento
11. Das provas I
12. Das provas II
13. Pedidos
14. Petição inicial
15. Do julgamento conforme o estado do processo
16. Comunicação dos atos processuais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. REsp 1088068 / MG. Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA. Órgão Julgador: 4a turma. DJe 09/10/2017.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei n. 13.256, de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva, 2015.

CÂMARA, A. F. O novo processo civil brasileiro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. V. R.; LENZA, P. (Coord.). Direito Processual Civil esquematizado. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. F. Novo curso de processo civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.